

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.262 - SP (2019/0119339-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
AGRAVANTE : JOSYANE HUNG HA LI SANTOS
ADVOGADOS : HEITOR ALVES - SP206101
LETICIA PITOLI E OUTRO(S) - SP391651
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **JOSYANE HUNG HA LI SANTOS** contra decisão proferida pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional.

O MM. Juízo de 1º Grau **condenou** a ora recorrente pela prática do delito previsto no art. 171, **caput**, do Código Penal, à pena de **1 (um) ano e 2 (dois) meses de reclusão**, no regime inicial **aberto**, mais 11 dias-multa. Houve substituição por penas **restritivas de direitos** (fls. 480-486).

O eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, negou provimento ao recurso de **apelação criminal** da Defesa, para manter a sentença condenatória recorrida (fls. 93-112). Eis a ementa do acórdão:

"Apelação Criminal — ESTELIONATO - Absolvição — Impossibilidade - Autoria e materialidade delitiva demonstradas — Prova segura para a manutenção do decreto condenatório. Penas — Pena-base no mínimo legal - Agravante prevista no art. 61, II, "h" do CP — Afastamento da agravante de reincidência para ré ZÉLIA. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos para ré JOSYANE — Regime aberto.

Regime inicial semiaberto para ré ZÉLIA.

RECURSO DA RÉ ZÉLIA PARCIALMENTE PROVIDO E DESPROVIDO O DA RÉ JOSYANE."

Opostos **embargos de declaração**, pela combativa Defesa, foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 620-628).

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, no qual se alega violação ao art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e ao art. 171, § 1º, do Código Penal (fls. 631-642). Para tanto, alega que:

a) "*com o devido respeito destinado aos exímios julgadores, o valor atribuído à versão da vítima é totalmente equivocado, porquanto, há severas incongruências, sendo certo ainda que a narrativa apresentada não é uníssona e segura, o que seria de todo imprescindível para a sustentação de uma condenação*" (fl. 635);

b) "*considerando a inexistência de prévia narrativa da sedizente vítima quanto as características faciais da criminosa que lhe abordou, é **INACEITÁVEL** conferir validade ao ato de reconhecimento da fase inquisitiva, tampouco imputar a autoria à JOSYANE com base exclusivamente em tal prova, posto ser ela de todo imprecisa*" (fl. 636);

c) "*é cediço que o delito de estelionato está previsto no Título II da parte especial do Código Penal, o qual tem por objetividade jurídica a proteção do patrimônio. A partir disso, não havendo prova quanto ao prejuízo/dano ou ameaça ao bem jurídico tutelado, **não há que se falar na configuração do crime***" (fl. 638);

d) "*ainda que por um lapso não seja a recorrente absolvida, é nítido que o édito condenatório da forma como mantido pelo Tribunal de Justiça Bandeirante também viola as disposições do art. 171, § 12 do CP", na medida em que "o venerando acórdão aponta que não se pode aplicar ao caso o princípio da bagatela porque não há previsão legal para tanto, bem como que embora não comprovado documentalmente, a vítima narra ter suportado prejuízo de mais de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), tornando impossível também o reconhecimento do privilégio*" (fl. 641).

O especial foi inadmitido na origem pela ausência de prequestionamento da matéria (**Súmula n. 211/STJ**), e pela incidência da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 654-655).

Daí o presente **agravo**, no qual a agravante, em apertada síntese, repisa os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 657-661). Alega que houve, sim, o prequestionamento da matéria, pois "*o venerando acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal de Justiça ao rebater os argumentos defensivos sobre a absolvição por insuficiência probatória - artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal (reconhecimento realizado era frágil - álibi) - e em relação à aplicação do princípio da bagatela - artigo 171, §12, do Código Penal (falta comprovação do prejuízo em tese suportado pela vítima)*" (fl. 660). Aduz, outrossim, que não incide o óbice da Súmula n. 7/STJ, ao argumento de que "*a decisum não cuidou de apontar qual ou quais são os pontos suscitados pela agravante tornam a reapreciação da matéria inviável por força da necessidade de revolvimento do cotejo fático probatório*" (fl. 660).

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, opinou pelo **não conhecimento** do agravo (fls. 685-687). Eis a ementa do parecer:

"Agravo em recurso especial. Estelionato. Agravo que não combate especificamente os fundamentos da decisão agravada. Deficiência da fundamentação. Súmula 182/STJ. Parecer pelo não conhecimento do agravo"

É o relatório.

Decido.

O agravo **não** merece ser conhecido.

Conforme mencionado, o especial foi inadmitido na origem pela ausência de prequestionamento da matéria (**Súmula n. 211/STJ**), e pela incidência da **Súmula n. 7/STJ** (fls. 654-655).

Neste agravo, contudo, a Defesa, resumidamente, limitou-se a reiterar os argumentos expendidos no apelo nobre. Com efeito, a agravante

deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, qual seja, o **segundo fundamento**, relativo à incidência da **Súmula n. 7/STJ**.

Limitou-se a mencionar, resumidamente, que: "*a decisum não cuidou de apontar qual ou quais são os pontos suscitados pela agravante tornam a reapreciação da matéria inviável por força da necessidade de revolvimento do cotejo fático probatório*" (fl. 660), e que "*a análise das teses desenvolvidas no recurso especial não necessitam de um estudo aprofundado de provas e/ou documentos, pois dizem respeito apenas e tão somente ao valor atribuído a cada elemento probatório*" (fl. 661).

Não trouxe a recorrente, **contudo**, fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação dos referidos verbetes sumulares. Não refutou, de forma adequada e específica, à incidência da **Súmula n. 7/STJ**, não tendo apontado no acórdão reprochado trechos nos quais restasse demonstrado que a análise do recurso não demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos.

Conforme ressaltado pelo ilustre representante do Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**: "*[...] conforme análise dos autos, não houve qualquer inovação nas teses recursais apresentadas. Na verdade, a defesa repete os fundamentos exarados no recurso especial, não trazendo elementos capazes de afastar o óbice da Súmula 07 dessa c. Corte Superior de Justiça*" (fl. 685).

Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo

Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial. Ilustrativamente:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Conforme entendimento assentado nesta Corte, *"deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia"* (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 25/8/2015).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, **não conheço** do agravo nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

P. e I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

